

EXPRESSÕES DA CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL DO SÉCULO XXI E A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES À CRÍTICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Eduardo Reis Pieretti¹

André Malina²

Maria Gabriela Guillén Carias³

Resumo

O presente artigo apresenta a recuperação de elementos do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes para a interpretação de aspectos recentes da história no Brasil. Concentra-se no modo como a especificidade capitalista brasileira vincula-se a um processo de contrarrevolução burguesa de longo alcance, com fluxos e refluxos, consolidado com o regime autocrático-burguês de 1964 e que ganha expressão no capitalismo contemporâneo. Apresenta-se aqui um panorama pelo modo como o sociólogo paulista formula o conceito de capitalismo dependente e como as categorias a ele vinculadas oferecem explicação para fenômenos observáveis na realidade brasileira contemporânea. Por fim, é oferecida uma possibilidade de interpretar o período do assim chamado governo “democrático-popular” à luz do conceito e das categorias trabalhadas por Florestan Fernandes em sua crítica marxista da especificidade dependente do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Ordem e Contraordem; Desenvolvimentismo; Dependência e Revolução; Contrarrevolução burguesa;

¹ Mestrado em Sociologia. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. E-mail: eduardopieretti@gmail.com

² Doutor em Educação Física. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: andremalina@yahoo.com.br

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2014). Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas - Curso de Ciências Sociais. E-mail: mariacarias@ufgd.edu.br

EXPRESSIONS OF THE BURGUESE COUNTER-REVOLUTION IN 21ST CENTURY BRAZIL AND THE CONTRIBUTION OF FLORESTAN FERNANDES TO THE CRITICISM OF DEPENDENT CAPITALISM

Abstract

This article aims to recovery the dimensions of the concept of dependent capitalism in Florestan Fernandes used to the interpretation of recent aspects of history in Brazil. It focuses on how Brazilian capitalist specificity is linked to a process of long-range bourgeois counterrevolution, with flows and eflows, consolidated with the autocratic-bourgeois regime of 1964 and gaining expression in contemporary capitalism. This paper presents an overview of how the sociologist from São Paulo formulates the concept of dependent capitalism and how the categories linked to it offer explanations for phenomena observable in the contemporary Brazilian reality. In previous studies of the author's work, we attempt to find the development of the concept in Florestan's work elaborated for other researchers. Finally, a possibility is offered to interpret the period of the so-called "democratic-popular" government in the light of the concept and categories worked by Florestan Fernandes in his Marxist critique of the specificity dependent on Brazilian capitalism.

Keywords: Order and Counter-Order; Developmentalism; Dependence and Revolution; Bourgeois counterrevolution.

EXPRESIONES DE LA CONTRREVOLUCIÓN BURGUESA EN BRASIL DEL SIGLO XXI Y LA CONTRIBUCIÓN DE FLORESTAN FERNANDES A LA CRÍTICA DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE

Resumen

Este artículo presenta la recuperación de elementos del concepto de capitalismo dependiente en Florestan Fernandes para la interpretación de aspectos recientes de la historia de Brasil. Centrase en la forma en que la especificidad capitalista brasileña vinculase a un proceso de contrarrevolución burguesa de largo alcance, con flujos y reflujos, consolidado con el régimen autocrático-burgués de 1964 y que gana expresión en el capitalismo contemporáneo. Se presenta aquí un panorama de la forma en que el sociólogo paulista formula el concepto de capitalismo dependiente y cómo las categorías vinculadas a él ofrecen una explicación de los fenómenos observables en la realidad brasileña contemporánea. Finalmente, se ofrece la posibilidad de interpretar el período del llamado gobierno "democrático-popular" a la luz del concepto y las categorías trabajadas por Florestan Fernandes en su crítica marxista de la especificidad dependiente del capitalismo brasileño.

Palabras clave: Orden y Contraorden; Desarrollismo; Dependencia y Revolución; Contrarrevolución burguesa.

Introdução

Observa-se, já há algum tempo, uma maior ressonância no interior da sociedade brasileira de pensamentos de orientação conservadora e proto-

fascista. Demian Melo (2016) argumenta que há, além da difusão e adesão de um ideário de orientação fascista no Brasil e no mundo hoje, indícios de um crescimento de *organizações* propriamente fascistas. As dimensões do pensamento conservador se entrecruzam e acabam nutrindo-se reciprocamente. Observa-se a escalada da violência com fortes traços racistas contra, especialmente, à população negra e aos povos originários. A dramaticidade do caso dos Guarani-Kaiowá, por exemplo, submetidos à exclusão e sistemático extermínio, expõe a natureza propriamente violenta de uma sociabilidade inerente ao capitalismo dependente, sob predominância de setores vinculados ao assim chamado agronegócio e ao rentismo.

O conjunto dessas relações de tendência *sociopática* conforme Florestan Fernandes indica, revelam a manifestação do fascismo como uma expressão da ofensiva ou do sentido da autopreservação do capital nacional e internacional (FERNANDES, 1972; SANTOS, 1978). Atrela-se às manifestações do fascismo na América Latina e no Brasil, o anticomunismo, o reforço à militarização da política e à criminalização da questão social e dos movimentos populares contestatórios (CASTELO, 2014).

Nesse sentido, expedientes para conter forças políticas que se voltam tanto para o alargamento das possibilidades democráticas e, principalmente, aquelas que se orientam pelo sentido de negação da ordem. Utilizando a linguagem de Fernandes (2005), tratam-se de bloqueios à pressão dos “de baixo”, tanto no nível da “revolução dentro da ordem” quanto da “revolução contra a ordem”. A aprovação da Lei Federal n.º 13.260 (BRASIL, 2016), em 16 de março de 2016, parece tratar-se exatamente desse ponto. A chamada “Lei Anti-terrorismo”, sancionada pela presidente Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores), (antes, portanto, do momento atual de um governo fascista em curso) opera como mecanismo jurídico de criminalização de movimentos populares, enquadrando como terrorista táticas de luta popular, como ocupações de espaços para fins reivindicatórios.

Se, por um lado, cada uma dessas questões é dotada de uma cadeia causal própria, com aspectos intrínsecos a cada um desses fenômenos, por

outro, sua manifestação conjugada parece indicar que há elementos de ligação entre eles. Em termos mais evidentes, há indícios de uma crise de um modelo de desenvolvimento econômico e sociocultural, o que não é fato inédito na sociedade brasileira. O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro já passou por crises e foi criticado por diversos setores intelectuais e sociais algumas vezes em sua história (CALIXTRE e ALMEIDA FILHO, 2014; MALTA, 2011).

Radicalizando a “expição”, pode-se chegar a argumentar que tais fenômenos são manifestações da crise, não só de um modelo de desenvolvimento, mas de um padrão civilizatório, de uma forma de organização da vida em sociedade. Ambas as perspectivas – a primeira de crise de um modelo de desenvolvimento e a segunda de uma crise do padrão civilizatório - (que não são unívocas, mas profundamente diversificadas e ramificadas em seu interior) mostram-se como prismas críticos para se interpretar o presente, como mostra Marx (2011).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do capitalismo, e especificamente da indústria sob a forma capitalista, ocorre de modo desigual. Sob o capitalismo, o processo de industrialização ocorre em alguns polos, em detrimento de outros, a depender do modo de inserção de determinadas regiões tanto no que diz respeito ao mercado mundial, quanto ao mercado interno. Isso implica que, em regiões periféricas no mercado mundial e mercados nacionais, o desenvolvimento da produção industrial tende a ser fortemente condicionado por essa posição nos mercados, com uma forte ênfase na indústria de “baixa intensidade”, como é o caso daquelas destinadas à produção ou processamento dos chamados *commodities*, produção forjada para a exportação em uma condição de subordinação estrutural de um mercado periférico aos centros capitalistas.

Assim, importa observar uma “maquinização” ou mesmo “industrialização” da agricultura brasileira, processo de “modernização” com seus ciclos de crescimento, estagnação e crise, compreendido também como expressão da inserção subalterna do Brasil no mercado mundial e como estratégia do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 2013), processo

este concomitante a uma proletarianização do trabalhador do campo (IANNI, 2012). Por outro lado, o encolhimento do setor industrial no Brasil parece estar relacionado com o processo de reprimarização da economia brasileira, tudo isso sob hegemonia da burguesia financeira transnacional (DELGADO, 2010). Esses fenômenos, conjugados ao aumento do desemprego e do rebaixamento real dos salários evidenciam fragilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro, ainda mais diante da pandemia de caráter mundial atual por causa do Coronavírus.

Nesse cenário, a maior ressonância no interior da sociedade de pensamentos de orientação conservadora e tendencialmente fascista ganha força. Como expressão desse fenômeno, a escalada da violência com fortes traços sociopáticos é indicativa de que a crise do modelo brasileiro, ou do padrão civilizatório do qual faz parte, não se confina aos campos econômico e político, e se manifesta na própria natureza das relações sociais.

A compreensão desse quadro crítico, complexo e articulado, imprime dificuldades. A interconexão entre os campos não é direta e demanda um tratamento que dê conta de identificar e interpretar esses nexos de ordem causal. Uma das contribuições do marxismo inscreve-se no pensamento científico pela priorização de uma perspectiva teórica que estabeleça as relações entre esses nexos causais e a totalidade social; como as particularidades ganham expressão ou de que modo fazem parte da sociedade humana global em seu estágio contemporâneo.

Com sentido de dar conta de uma análise, mesmo que preliminar, sobre os diversos aspectos acima mencionados, é relevante tratá-los como fenômenos passíveis de compreensão por meio de suportes teóricos que sustentem argumentos críticos. Para tanto, foram utilizados no presente artigo elementos teóricos de um importante autor brasileiro, Florestan Fernandes, com sentido de auxiliar e dar densidade a argumentos críticos.

Dessa forma, cabe à frente no presente artigo delinear o trajeto de exposição em momentos que amplifiquem e problematizem questões já anunciadas, à luz de Florestan Fernandes, sob a forma de dois tópicos. O tópico a seguir, adentra especificamente na relação entre a Teoria da

Dependência e Florestan Fernandes, sob o aspecto intrínseco da propositura deste autor (1972, 1975, 2005, 2016). No segundo tópico, apresentamos uma análise preliminar à luz de Florestan Fernandes (1972, 1975, 2005, 2016) do modelo de desenvolvimento brasileiro entre 1964 até os governos populares dirigidos pelo PT.

1. Teoria da Dependência e Florestan Fernandes

Tendemos a concordar com Cardoso (2005) a respeito de que a conformação da interpretação/explicação da especificidade do capitalismo brasileiro ganha *forma* no conceito de *capitalismo dependente*. Florestan buscou construir um programa robusto de investigação sobre o capitalismo brasileiro (FERNANDES, 1976). Tal programa evoluiu e sofreu fortes influências do contexto de enrijecimento da autocracia e do próprio impacto que esse processo exerce sobre a “estrutura anímica” de Florestan Fernandes (NETTO, 2005). As contradições subjetivas, relatadas pelo próprio sociólogo (FERNANDES, 1981), provenientes das encruzilhadas entre a vida política e a vida acadêmica, ganham contornos que imprimem uma predominância daquela primeira em relação a esta última, ao contrário do que vinha sendo traço marcante da atividade do sociólogo, no período anterior a sua aposentadoria compulsória em 1969.

Em virtude disso, do programa de investigação sobre o capitalismo dependente brasileiro e das transformações capitalistas no Brasil, sobressaem as análises das classes sociais e das dinâmicas da luta de classes na formação dessa sociedade (NETTO, 2005) e o diálogo com o que há de mais fecundo no pensamento marxista que reside na “recuperação marxista” da compreensão de Revolução Social (NETTO, 2004).

Fundada sob esse signo, a assim chamada “Teoria Marxista da Dependência”, corrente teórica e ideo-política inaugurada por nomes como os de Ruy Mauro Marini (TRASPADINI e STÉDILE, 2005), Vania Bambirra (1999) e Theotonio dos Santos (1978), e que se mantém por meio de seus continuadores, é exemplar. Desenvolvem uma crítica da economia política a partir de uma perspectiva latino-americana e se inscrevem na multifacetada

teoria política de tradição marxista na América Latina. Como construção teórica e chave-explicativa para a interpretação dos contornos da sociedade brasileira, latino-americanas e aquelas historicamente subalternas no desenvolvimento histórico do capitalismo global, a teoria marxista da dependência parece fornecer-nos instrumentos teórico-analíticos privilegiados. Fundamentalmente pela visão que construiu na crítica da dependência estrutural e do capitalismo dependente como por exemplo, a forma propriamente capitalista que cabe à sociedade capitalista brasileira.

Com a adoção dessa “teoria”, a crítica da economia política torna-se capaz de explicar a especificidade das relações capitalistas no Brasil, sociedade dependente de origem colonial, que apresenta uma forma estruturalmente subordinada de integração ao mercado mundial.

Dentre outras perspectivas dotadas da mesma veia e fundamento críticos (SODRÉ, 1967, 1982; PRADO JUNIOR, 1978, 2011; GORENDER, 1980, 1990; OLIVEIRA, 2013), outra interpretação do desenvolvimento do conjunto das relações sociais forjadas sob o signo capitalista é a de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro de origem paulista. Afora a latente necessidade de uma investigação que recaia sobre a identificação das convergências e distanciamentos, ou mesmo complementariedade, entre as interpretações de Florestan Fernandes e aquelas vinculadas à teoria marxista da dependência, a “visão” que Florestan desenvolve sobre a sociedade brasileira, por seu turno “sociológico”, e não propriamente de uma crítica da economia política “estrito senso”, está marcada pela adoção da crítica das relações sociais que tem bases na crítica da economia política de orientação marxista, mas que por isso mesmo, elabora uma análise globalizante, “macrossociológica”, do conjunto das estruturas, dinamismos, funções e ritmos no interior dessa sociedade. Esta característica faz com que a interpretação que Florestan desenvolveu do Brasil chame a atenção pelos diálogos e atitude crítica que ele estabelece diante da “herança clássica” do pensamento sociológico (FERNANDES, 1980; NETTO, 2005). A qualidade da sociologia de Florestan Fernandes já foi estabelecida por um certo “ecletismo” de sua obra (COHN, 1987). Entendemos que, menos a orientação

eclética (que inclusive parece “desvanecer” com a consolidação de sua obra madura), e mais sua atitude sociológica radicalmente dialética, que nega pela incorporação, confere robustez a sua obra.

Sabe-se que a sociologia de Florestan Fernandes figura entre os esforços mais autênticos e proeminentes de consolidação da sociologia brasileira, seja em sua linhagem crítica (FERNANDES, 1977; IANNI, 2006), moderna (LIMOEIRO-CARDOSO, 2005) ou mesmo como forma de pensamento propriamente científico (CARDOSO, 1987). Neste sentido, pensamos ter a obra de Florestan Fernandes uma capacidade heurística para lançar luz sobre os problemas esboçados. Nos referimos, mais especificamente a uma problemática no interior de sua obra (LIMOEIRO-CARDOSO, 1996): sua análise da estrutura de classes brasileira, na qual e a partir dela desenvolveu o conceito de capitalismo dependente (LIMOEIRO-CARDOSO, 2005).

A investigação sobre a formação da sociedade brasileira fica comprometida quando desvinculamos o estudo de sua gênese da história do desenvolvimento do capitalismo como realidade pelo mundo. Elas ocorrem *pari passu* e nutrem-se reciprocamente. O “Brasil colonial” participa do processo, ainda que de modo periférico e subordinado da história do desenvolvimento do capitalismo. Com a independência nacional, a abolição da escravatura, a tendência à generalização do trabalho assalariado e a criação de um mercado interno tipicamente capitalista, internalizam-se mecanismos propriamente capitalistas na sociedade brasileira. Ainda assim, persistem formas históricas “sub”, “pré” ou “extra” capitalistas não superadas, mas que são “funcionais” ao padrão de desenvolvimento capitalista que se inaugurara no Brasil. Essas formas históricas “sub”, “pré” ou “extra” capitalistas não são estritamente econômicas e políticas e tendem a atingir as mais amplas dimensões da vida social, decisivamente pelo traço agrário inerente à resistência sociopática à mudança social.

As tentativas de ruptura com esses bloqueios de origem propriamente coloniais se articulam com o processo de desenvolvimento da sociedade propriamente capitalista, modificando ou revitalizando esses bloqueios. A

revolução burguesa no Brasil, como processo de instauração de transformações capitalistas foi esterilizada em suas possibilidades autenticamente democráticas, culminando com a concretização de uma autocracia-burguesa como contrarrevolução autodefensiva de caráter permanente. Desenvolveu-se a interpretação de que a autocracia-burguesa brasileira passou por uma crise com a transição da ditadura para a Nova República. Os acontecimentos recentes põem na ordem do dia a possibilidade da vitalidade tanto do modelo autocrático-burguês como da persistência de nexos coloniais no interior do capitalismo dependente brasileiro.

As interpretações sobre a relação entre “herança colonial” e capitalismo brasileiro são constructos teóricos robustos e de grande envergadura que, em maior ou menor medida, imprimiram influência nos estudos, debates e no desenvolvimento⁴ da formação do capitalismo brasileiro. A depender do necessário grau de aprofundamento à disposição do investigador, a abordagem sistemática de cada uma delas e o respectivo enquadramento histórico, demanda, por si, a realização de investigações mais ou menos específicas de largo fôlego e de um trabalho constante de articulação e diálogo entre essas interpretações.

Esforços nesse sentido podem ser observados em MALTA *et al* (2011), CALIXTRE e ALMEIDA FILHO *et al* (2014), RICUPERO (2008), PERICÁS e SECCO (2014), CARDOSO, (2013) e SAMPAIO JUNIOR, (1997). Tendo isso em vista, a arbitrariedade na seleção de uma ou outra interpretação do Brasil conjuga a adequação da interpretação ao problema sociológico em questão com as possibilidades à disposição do pesquisador na abordagem teórico-metodológica das interpretações. Há de se destacar ainda que não é para si que o problema de estudo se volta, mas para a compreensão da realidade concreta da qual ele é um enquadramento particular.

Posto está que este é um tema que se vincula a toda uma constelação de outros temas e questões: o tema do subdesenvolvimento e de seus requisitos estruturais e dinâmicos; dos padrões contemporâneos de organização do

⁴ Parece-nos que estudos sobre a influência e o impacto das teorias do Brasil sobre o próprio desenvolvimento histórico da sociedade brasileira ainda carece de um balanço sistemático.

mercado mundial e da articulação da divisão internacional do trabalho; do imperialismo e de suas formas de manifestação no capitalismo hoje; das implicações históricas da transnacionalização do capital e do papel que cumpre o capital financeiro nesse processo; e das decorrências societárias e civilizacionais da articulação desses temas e questões. E é no entrelaçamento dessa série de questões com os fatores estruturais e dinâmicos do capitalismo brasileiro, a fim de desenvolver uma compreensão o mais próximo da precisão possível, que alguns esforços vêm sendo empreendidos.

Como já mencionamos, a obra de Florestan Fernandes pode ser compreendida como marco fundacional da moderna sociologia brasileira e a atualidade dessa sociologia e da interpretação do Brasil nela contida vem sendo reiteradas (NETTO, 2005; LIMOEIRO-CARDOSO, 2005; OURIQUES, 2014). Apesar de, como destaca Miriam Limoeiro-Cardoso, as abordagens mais recorrentes das formulações de Florestan Fernandes serem pouco dispostas a lançar luz sobre as análises florestanianas do capitalismo dependente e sua conceituação dessa especificidade capitalista, esforços têm sido realizados nesse sentido⁵.

Florestan Fernandes, na sua interpretação do Brasil, desenvolve sua concepção do *capitalismo dependente* enquanto especificidade capitalista, que parece gozar de vitalidade na abordagem sociológica do desenvolvimento capitalista recente no Brasil. Referimo-nos, mais especificamente, ao conjunto de textos em que confere acabamento ao conceito de capitalismo dependente (LIMOEIRO-CARDOSO, 2005) e opera uma recuperação marxista da categoria de revolução social (NETTO, 2005): *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (cuja primeira edição fora publicada em 1968), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (datada de 1972 a primeira edição) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (primeira vez publicada em 1975). A inclusão do texto *Poder e Contrapoder na América Latina* emana do fato de nele, Florestan manter a interlocução

5 Além das próprias pesquisas de Miriam Limoeiro Cardoso (1994, 1995, 1996, 2005) sobre o tema, o estudo de doutoramento de Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr. (1997) insere-se por entre os esforços de resgate das formulações teóricas de Florestan Fernandes na explicação do capitalismo dependente brasileiro.

entre os temas da revolução social e da colonização, mais propriamente, das possibilidades e bloqueios da descolonização postas na América Latina, num desdobramento da discussão sobre capitalismo dependente.

No sentido da construção de nossa investigação, de que modo se articulam no presente um avanço propriamente capitalista com a reposição de nexos coloniais? Como é possível pensar o passado, não como tempo histórico pretérito, mas como dimensão histórica colocada na qualidade de ponto de partida para o presente e também como ponto de chegada, como culminância de um processo histórico? Como poderíamos determinar aquilo que é nexos colonial persistente e aquilo que não o é? Qual é o lugar do “não colonial” na sociedade capitalista no Brasil? Quais as vias de contenção ou suplantação dos nexos coloniais? Elas estão colocadas na história contemporânea? Essas questões orientam nosso olhar sobre a problemática aqui desenhada.

Na tarefa de resgate da teorização de Florestan Fernandes, o critério de seleção dos livros “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” e “Revolução Burguesa no Brasil” vem de nossa concordância com Miriam Limoeiro Cardoso, que tem dedicado sistematicamente seus esforços no estudo da obra de Florestan Fernandes, e identifica especificamente nestes momentos da obra de Florestan o trabalho com o capitalismo dependente como *conceito*, ferramenta heurística (1994, 1995, 1996, 2005). A escolha do texto “Poder e Contrapoder na América Latina” se deu pelo fato de estarmos trabalhando com a hipótese de que o processo que o autor identifica como *congelamento da descolonização*, na análise que Florestan desenvolve das Revoluções Interrompidas, além de pouco trabalhado nas abordagens até então desenvolvidas sobre a obra de Florestan Fernandes, parece também indicar aspectos decisivos para as reflexões contidas em nossa pesquisa, fundamentalmente no cotejamento da compreensão desse processo com aquilo que Florestan denomina de *condição colonial permanente* e que relações estes guardam com o *conceito de capitalismo dependente* (FERNANDES, 1972).

No resgate desse conceito, buscaremos recuperar questões teóricas centrais (condição colonial permanente; congelamento da descolonização; interrupção das revoluções; desenvolvimento, subdesenvolvimento e desenvolvimentismo; autocracia-burguesa; imperialismo e imperialismo total). Pretendemos identificar de que modo essas questões se conectam na elaboração do conceito de capitalismo dependente e como este conforma uma ferramenta teórica capaz de subsidiar uma interpretação das manifestações da “herança colonial” e os modos pelos quais elas se dão no capitalismo dependente brasileiro.

2. Desenvolvimento brasileiro

A saída para a crise da ditadura empresarial-militar foi equacionada em torno de um pacto, certa “paz” entre as classes sociais. A ditadura direta, instaurada em 1964, foi lançada como forma de superar a crise do poder burguês, de modo que ela não se desemboca em uma crise da dominação burguesa no Brasil. O regime ditatorial foi o momento de culminância do ingresso do capitalismo brasileiro em sua fase monopolista. Foi o pião definitivo de sua transição do capitalismo neocolonial para o capitalismo dependente. Essa transição carregou consigo toda uma série de determinações que implicaram na colocação dos antagonismos entre capital e trabalho em um novo patamar. A atrofia de determinadas dimensões propriamente capitalistas é superada pelo sabre, pelo canhão e pela abertura e internalização do grande capital monopolista. A forma abertamente ditatorial de gerenciamento desse salto ao capitalismo monopolista entrou em crise e “colapsou”. A transição, ou “abertura democrática” do regime autocrático data de mais três décadas atrás. A “Nova República” e o pacto social, que figura como um de seus “parteiros”, são marcados nos cerca de trinta anos transcorridos, por certas rotações históricas.

Ainda que tenha sido conformado em torno de um pacto, uma tentativa de equilibrar dinamicamente os antagonismos entre capital e trabalho, a crise do regime autocrático emergia como uma oportunidade histórica para trabalhadores urbanos e rurais, seus setores mais organizados e as massas

populares despossuídas, de fazerem frente ao poder burguês e a dominação burguesa, pois foram os setores mais impactados negativamente pelo regime criado para conferir prioridade incontestável às transformações capitalistas visadas. Era do interesse desses setores que a ordem fosse aberta à participação efetiva dos setores subalternizados na definição dos rumos da sociedade nacional. Ocorre que o pacto firmado, crivado pela prevalência da perspectiva de conciliação de interesses de classes sociais antagônicas, teve implicações neutralizadoras e esterilizantes a essa participação. A natureza da “abertura” foi programada para ser uma distensão “lenta, segura e gradual”, uma verdadeira “transição transada” como frisara Florestan Fernandes (FERNANDES, 2011), por meio da qual se buscava preservar a ordem social competitiva de qualquer possibilidade de crise e colapso da dominação burguesa.

Tendo em vista que a “Nova República” foi amalgamada em termos de preservação e defesa da ordem, o antagonismo estrutural/estruturante da sociedade capitalista, e a luta de classes a ele inerente, sofrem uma contenção e a pressão dos setores do trabalho ficou sufocada por uma perspectiva de conciliação entre os polos antagônicos. Compreendemos que esse pacto e a dinâmica da conciliação passou por fluxos e refluxos na medida em que as contradições eram ou não aproveitadas em favor das classes e dos setores organizados em disputa. Se as décadas de 1980 e 1990 no Brasil estiveram marcadas pela ascensão da luta de classes, mesmo com a desagregação das experiências socialistas, a década seguinte contou com um contraditório processo de ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República e de certa contenção e represamento de lutas dos trabalhadores diante da luta de classes. As raízes desse contraditório movimento não parecem ter sido explicadas à exaustão. Até porque foi preciso que esse pacto e esse “modelo político” entrassem em crise profunda para que suas contradições aflorassem e a explicação do *auge* e *declínio* do pacto, bem como de seus operadores, pudesse ser elaborada. Ocorre que, mesmo que tal pacto esteja em uma “crise terminal”, por tratar-se de uma expressão do “círculo de ferro” do padrão de dominação burguesa sob o capitalismo dependente

(FERNANDES, 1975), existem reais possibilidades de restauração do pacto ou do estabelecimento de um novo tipo de pacto, à medida em que os fundamentos da dominação burguesa persistirem: dependência e subdesenvolvimento.

Interpretações sobre a história recente do Brasil problematizam o sentido e a natureza do período pós-ditatorial. Para os setores do trabalho, a “desertificação neoliberal” (ANTUNES, 2004) no Brasil da década de 1990 colocou uma enormidade de consequências e desafios. Para Ricardo Antunes, o Partido dos Trabalhadores não passou imune a essas circunstâncias e transitou de “partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o país também se modificava” (ANTUNES, 2004). Em 2002, com a vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial, Luís Inácio “Lula” da Silva chega a presidência da república e encontra um quadro dramático em virtude da referida desertificação. E nesse cenário, o partido já não se mostra como outrora e torna-se “paladino do neoliberalismo” (ANTUNES, 2004), aumentando a sujeição, ampliando o “desemprego e a informalidade do trabalho”, além de estancar a produção em benefício dos capitais financeiros” (ANTUNES, 2004).

A icônica evocação que Francisco de Oliveira faz do ornitorrinco (2013) para representar o “transformismo” do Partido dos Trabalhadores é categórica. Francisco de Oliveira compreende, assim como Ricardo Antunes (2004), além das análises de Pinho (2015) e Soler (2015) o transformismo do partido e a adesão ao neoliberalismo, criaram uma nova forma de sujeição dos setores do trabalho vinculados ao Partido dos Trabalhadores e deram nova injeção de ânimo à dominação burguesa no Brasil, agravada pela proeminência que assumira formas de acumulação que remontam à “acumulação primitiva” (MARX, 1985; OLIVEIRA, 2013).

Nesse mesmo sentido é que Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior (2011) tem trabalhado com a tese de que o Brasil vive um processo de *reversão neocolonial*. O não rompimento com os fundamentos da origem

colonial dos países onde vigora o capitalismo dependente, dependência e o subdesenvolvimento, bloqueiam e mesmo criam condições para regressões estruturais severas fortemente influenciadas e controladas pelas formas mais avançadas do imperialismo total (FERNANDES, 1975), satelitizando e vulnerabilizando ainda mais as condições do país em consolidar e controlar seu desenvolvimento.

Uma das saídas para o desenvolvimento do Brasil vislumbrada por alguns setores da intelectualidade brasileira foi aquilo que convencionou-se chamar de neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimentismo (CASTELO *et al*, 2010). Diferentemente daquilo que ficou conhecido como desenvolvimentismo, a perspectiva do neodesenvolvimentismo não prioriza a autonomização do desenvolvimento econômico e a internalização dos centros de controle sobre esse desenvolvimento. Grosso modo, tratar-se-ia da ideia de que seria possível lançar o desenvolvimento capitalista a novos patamares mediante uma intensificação da entrada de capitais estrangeiros e da compra de tecnologias avançadas financiando esse processo a partir de uma matriz primário-exportadora, mantendo intocada, ou por vezes agravando, a inserção subordinada do país no mercado capitalista global (CASTELO *et al*, 2010).

Conduzindo a interpretação em uma outra perspectiva, André Singer (2015) discute o “ensaio desenvolvimentista” de Dilma (2011-2014) e argumenta ter havido certa dissolução daquilo que ele compreende como “frente produtivista”, associação entre setor industrial brasileiro, centrais sindicais (CUT e Força Sindical) e sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, setores importantes para o “ensaio desenvolvimentista”. Em decorrência dessa dissolução, formou-se uma “frente única da burguesia”, associando os setores industriais brasileiros, que sobre o auge do “lulismo” vincularam-se à referida “frente produtivista”, unificando “programaticamente” as frações burguesas.

Há um lugar comum entre os interesses burgueses, ainda que existam especificidades importantes que implicam em uma diferenciação prática. Todavia, essas frações unificam-se em torno daquilo que de fato são:

burguesias. Nesse sentido, parece que Florestan ajuda a compreender a natureza dessa ação de classe dessas frações. O chamado “modelo autocrático burguês de transformação capitalista” confere sentido histórico específico a esse movimento de unificação de classe da burguesia, assim como também a certa perenidade, ou “superfluidade”, da dimensão propriamente “nacionalista” do desenvolvimento capitalista brasileiro.

O impedimento do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff e quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores, com o estabelecimento do governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – e vice-presidente eleito na chapa encabeçada pelo PT), operaram algumas modificações na condução do Estado brasileiro. A deposição de Dilma Rousseff não se deu sem que setores populares se mobilizassem contrários ao fato, fundamentalmente porque delineia-se em torno do governo de Michel Temer um programa de maior aprofundamento da neoliberalização, com a liquidação de direitos sociais conquistados e atrofiamento das já frágeis políticas sociais. A aceleração do processo de ajustes estruturais que já se encontravam em curso, mas em menor “velocidade”, é uma dessas modificações. Uma das questões postas na avaliação do que teriam sido os mandatos presidenciais do PT refere-se ao grau de neoliberalização inscrito nesse governo, juntamente a quais setores da burguesia tiveram uma inserção privilegiada no interior do Estado; por outro lado, se, de que modo, os setores populares, que sempre deram enorme sustentação política aos governos do PT, tiveram suas demandas atendidas nesse período.

Com efeito, no sentido de o Estado cumprir a condição de corrigir defeitos estruturais sistêmicos no tripé Capital-Trabalho-Estado, o neodesenvolvimentismo implementado pelo PT no governo parece representar uma função categórica, mesmo que não seja capaz de cumprir o mesmo papel do nacional-desenvolvimentismo, não parecendo estar disposto a estabelecer uma agenda para a autonomização do desenvolvimento capitalista nacional (SAMPAIO JUNIOR, 2012). A adesão do petismo ao neodesenvolvimentismo (SINGER, 2016) diz muito sobre a

natureza das alternativas pretendidas. Florestan Fernandes, que sempre manteve uma atitude crítica diante do desenvolvimentismo (CASTELO, 2011), ainda que ela tenha se radicalizado ao longo de sua vida, o situava como perspectiva de autonomização do desenvolvimento capitalista nacional brasileiro. As modificações pretendidas pelos desenvolvimentistas estavam, no limite, no espectro da “revolução dentro da ordem”. Parece-nos, entretanto, que a condição histórica na qual se inscreve o neodesenvolvimentismo hoje, responde mais aos imperativos da contrarrevolução permanente, que propriamente uma pressão em favor dos “de baixo” ou mesmo da Nação, pois é balizada a partir de uma estratégia de pacto social pelo alto, conciliação entre capital e trabalho e de alinhamento aos interesses dos centros imperialistas, neutralizando os progressos possíveis dessa perspectiva. Mais ainda, o neodesenvolvimentismo, nesses termos, tende a agir no sentido do aprofundamento dos nexos de dependência a esses centros, pois, ao contrário de ser um contraponto ao Consenso de Washington, perfila-se a ele (CARCANHOLO, 2011).

A esse contexto de crise da estratégia do lulismo e do petismo⁶, foi dada como uma resposta um programa político⁷ de indisfarçável radicalização do processo de liberalização econômica, de flexibilização e reversão de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aprofundamento dos nexos de dependência da sociedade brasileira em relação aos centros capitalistas hegemônicos, além de um reposicionamento geopolítico tanto em termos locais, quanto uma associação mais direta aos interesses geopolíticos estadunidenses. Não se trata do entendimento de que a ascensão do PMDB à presidência da República e seus desdobramentos inauguram um projeto

6 Seria inconsistente situar o programa político do PT naquilo que se convencionou chamar de “estratégia democrático-popular”. Essa estratégia, que fora concebida e adotada na construção do partido junto a suas bases na transição da década de 1970 para 1980 até o crepúsculo desta última, foi sendo progressivamente abandonada, e o programa político desloca-se de um eixo programático tendo por referência as classes subalternas passando a adotar, progressivamente, uma perspectiva pluriclassista e de conciliação de classes.

7 O programa “Uma Ponte para o Futuro” foi apresentado como programa político do PMDB ainda antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff, e parece ter cumprido a função de mostrar a disposição, naquele momento ainda provável, do governo federal em assumir compromissos com uma agenda fortemente liberal.

político distinto daquele do PT. Basta pensarmos o Estado a partir daqueles parâmetros desenhados por Mészáros (2002). A diferença é de intensidade com a qual os ajustes estruturais tem sido realizados, na medida em que as opções colocadas ao e pelo petismo, por meio da estratégia democrático-popular, dispunha de mecanismos de apassivamento, criando obstáculos à construção de uma alternativa radical. Dada a não vinculação do governo Michel Temer (PMDB) a bases populares, aquilo que chegou a ser denominado como mecanismos de “apassivamento” entram em crise e tornam os ajustes estruturais, que já vinham ocorrendo, e suas consequências indisfarçáveis.

Em síntese, a resposta das frações burguesas ao encerramento de um ciclo político marcado pelo pacto social do qual o PT participou, estabelecendo uma capilarização do pacto mediante um processo de apassivamento de consideráveis setores sindicais e populares, nos marcos da mencionada contrarrevolução autodefensiva, foi o abandono do referido governo mediante a efetivação do impedimento do quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores. Seguem-se rearranjos em torno da “governança” nacional, com uma nova acomodação desses setores, agora diretamente vinculados à administração do Estado brasileiro, sem intermediação do petismo/lulismo. Esses elementos parecem acelerar o esgotamento do PT enquanto partido, que outrora esteve mais aproximado de um programa político popular, denominado por alguns de “estratégia democrático-popular”, tendo em vista que ela se configurou como linha de menor resistência à ofensiva capitalista, dada a prioridade da política de conciliação de classes (MARQUES, 2012).

Indicações do campo econômico e do campo político sinalizam uma resposta conservadora à crise. A instabilidade política nacional e regressão no campo dos direitos sociais⁸, catalisadas pela decadência do petismo e do

8 Não queremos estabelecer aqui uma ligação direta entre a saída do governo do Partido dos Trabalhadores e a perda de conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente porque a gestão do próprio PT foi participe direto em processos de desmonte e flexibilização de direitos. Entendemos que está havendo uma aceleração dessa regressão no campo dos direitos, não uma mudança na estrutura da política social.

lulismo, alimentam um terreno político e sociocultural a partir do qual emergem respostas que tendem tanto a reafirmar os fundamentos materiais associados à crise quanto a criar um movimento propriamente contestador desses fundamentos e até mesmo negador da ordem. Como entendera Florestan Fernandes, trata-se das possibilidades históricas inscritas nos contextos de crise da sociedade brasileira: “defesa da ordem”, “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”. Em torno da primeira possibilidade, concentram-se os esforços de autopreservação da ordem, de lançamento de todos os recursos possíveis para que o atual estado de coisas não entre em colapso e ponha em risco a viabilidade dessa ordem. A “revolução dentro da ordem”, que diz respeito à introdução de modificações importantes, mediante pressão organizada “dos de baixo”, vincular-se-ia também à última possibilidade, não fosse a condição de que o alargamento e abertura da ordem a pressões construtivas ser bloqueada por mecanismos de resistência à mudança, que fecham o capitalismo brasileiro à efetiva participação dos setores subalternos dessa sociedade; além de a introdução de mecanismos de integração e participação na ordem, quando ocorrem, tenderem a funcionar como mecanismos próprios de autopreservação dessa ordem. Assim, “revolução contra a ordem” configura-se como possibilidade efetiva de ultrapassagem do estado de coisas em que se encontra a sociedade brasileira, pela desintegração dessa ordem social e da construção de uma nova alternativa.

Considerações Finais

Pensar a atualidade de Florestan Fernandes a partir dos desdobramentos recentes do capitalismo dependente é um esforço que, de algum modo, já vem sendo desenvolvido. A própria tese da reversão neocolonial (SAMPAIO JUNIOR, 2011), apesar de procurar ser uma síntese a partir de três autores (Caio Prado Junior, Celso Furtado e Florestan Fernandes), apresenta traços bem definidos da influência de Florestan, muito decisivamente no modo como o sociólogo socialista pensava as naturezas das relações de classe no Brasil, do modo pelo qual os nexos de dependência

tendem a atualizar-se e no modo como esses dois aspectos imprimem traços dramáticos na segregação interna, própria aos países dependentes e nos quais o fundamento colonial não foi desagregado. Nesse sentido, a concepção de contrarrevolução permanente própria ao capitalismo dependente, que Florestan Fernandes desenhara mais decisivamente em “Revolução Burguesa no Brasil”, exerce forte influência sobre aquilo que Plínio Sampaio Junior compreende como um processo de reversão neocolonial, na medida em que além de haver certa regressão do ponto de vista de transformações capitalistas, esse processo tende a ser profundamente autocrático. Ainda assim, parece ser necessário ampliar os esforços de trabalhar programaticamente com o conceito de capitalismo dependente, tal qual desenvolvido pelo autor e mesmo criticá-lo e atualizá-lo, a partir dos marcos do capitalismo brasileiro hoje, depois de mais de cerca de 30 anos de vigência de políticas neoliberais.

Do ponto de vista da utilização da leitura que Florestan Fernandes desenvolve do processo interrupção das revoluções, pouco se tem feito sobre a vigência ou vitalidade desse processo no Brasil contemporâneo. Ao que nos parece, na medida em que, acoplado ao conceito de capitalismo dependente, a radicalidade da leitura que o autor desenvolve do processo permitir compreender a natureza de certos bloqueios estruturais ao revolucionamento das sociedades capitalistas periféricas de origem colonial permitiria compreender a transformação programática de certas forças sociais de origem popular no sentido de uma forte adequação à ordem, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, expondo a voracidade da defesa-da-ordem, os limites da revolução dentro-da-ordem e as possibilidades da revolução contra-a-ordem. A partir desses marcos, tornar-se-ia imperioso, inclusive compreender de que modo o *congelamento da descolonização* é um processo ainda em curso e identificar as convergências possíveis entre esse processo e a aquilo que está sendo chamado de *reversão neocolonial*.

O estudo de “sociologia teórica” ora em tela, buscou lançar luz sobre um momento da obra de Florestan Fernandes. Trata-se de momento central na sociologia crítica desenvolvida pelo sociólogo paulista. Procuramos dar

ênfase ao conceito de capitalismo dependente, compreendendo-o como um programa de investigação sobre o capitalismo brasileiro para explicar a sua especificidade. No período de 1964/5 a 1981 esse programa foi obstinadamente desenvolvido por Florestan, legando-nos uma interpretação sobre a formação social brasileira.

A tarefa de lidar com o programa de investigação em torno do capitalismo dependente e de sua expressão heurística é em si altamente complexa. Por isso, na presente pesquisa buscou-se compreender como a contrarrevolução burguesa permanente e a interrupção das revoluções configuram-se como fundamentos para o conceito de capitalismo dependente na explicação do capitalismo brasileiro. Para tanto, estabeleceu-se um itinerário específico na obra de Florestan Fernandes. A opção pela especificidade do itinerário evidenciado aqui não se dá sem danos, fundamentalmente quando pensada a partir da perspectiva da totalidade. De todo modo, o que buscamos aqui foi estabelecer algumas indicações teórico-analíticas a partir do conceito de capitalismo dependente e da concepção florestaniana dos imbricados processos de contrarrevolução burguesa permanente e interrupções das revoluções para a construção de um programa de investigação sobre o capitalismo dependente contemporâneo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal do Brasil: Collor, FHC e Lula** Campinas: Autores Associados, 2004.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Siglo Veintiuno, 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista**. Brasília, DF: Presidência da República [2019].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm. Acesso em: 31 out. 2020.

CALIXTRE, André Bojikian; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs.). **Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. *In*: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XX**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. *In*: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XX**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. *In*: MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

_____. **Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. *In: D'INCAO, Maria Ângela (org.).* **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *In: Desenvolvimento em Debate.* v.1, n.1, p.111-125, 2010.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: EdUFRGS, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. *In: A Sociologia numa era de Revolução Social.* 2.^a Edição reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Em busca de uma sociologia crítica e militante. *In: FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil.* Rio de Janeiro: Vozes, 1977

_____. A herança clássica e seu destino. *In: A natureza sociológica da sociologia.* São Paulo: Ática, 1980

_____. A pessoa e o político. *In. Nova Escrita Ensaio. Ano IV. N. 8.* 1981. (Concedida a J. Chasin; Helieth Saffioti, Paulo Douglas Barsotti, Narciso J. Rodrigues Jr., Marilena G.S. Pottes, Ester Vaisman e Paulo Edgar Rezende).

_____. **Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Brasil: em compasso de espera.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **Poder e Contrapoder na América Latina.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FERNANDES JUNIOR, Florestan. “Um adeus no Olhar: a vida e a morte de Florestan Fernandes”, [disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/10/1699583-o-adeus-em-um-olhar-a-vida-e-a-morte-de-florestan-fernandes.shtml>], publicado em 28/10/2015, acessado em 09/08/2017, às 09:14].

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

_____. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Ática, 1990.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. *In*: Octavio Ianni (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. A formação do proletariado rural no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares. São Paulo: **IEA/USP**, dezembro de 1994.

_____. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. São Paulo: **IEA/USP**, agosto de 1995.

_____. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. In: **Estudos Avançados/USP**. 10(26), São Paulo: 1996.

_____. Sobre a teorização do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (orgs.). **Democracia e Educação em Florestan Fernandes**. Niterói/Campinas: EdUFF/Autores Associados, 2005.

MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MARQUES, Morena Gomes Soares. **Em busca da revolução brasileira: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-58: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011

MELO, Demian, “Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje”, publicado em 25/05/2016 [disponível em: <http://blogjunho.com.br/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje/>, acessado em 10/08/2016, às 20:09].

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica da razão dualista/O Ornitorrinco**, São Paulo: Boitempo, 2013.

OURIQUES, Nildo. O intelectual militante. *In: O colapso do figurino francês*. Florianópolis: Insular, 2014.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel; SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINHO, Thabata Gomes de. **A experiência do Partido dos Trabalhadores e os (des)caminhos da institucionalidade: a avaliação da experiência do PT, suas transformações e a herança para as novas gerações**. Trabalho de Conclusão de Curso em Estudos Latino Americanos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. Tese de Doutorado (Instituto de Economia/UNICAMP), Campinas: 1997.

_____. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, *In: Revista Crítica e Sociedade: revista de cultura política – A crise atual do capitalismo*, v.1, n.3, dez, 2011.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.112, p. 672-688, São Paulo: out/dez, 2012.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo o Fascismo: el nuevo caracter de la dependência y el dilema latinoamericano**. Cidade do México, Edicol, 1978.

SINGER, André. Ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *In: Novos estudos CEBRAP*, n. 102, julho de 2015. p. 43-71.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. *In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, Difel, 1982.

SOLER, Antonio. A crise do lulismo: ascensão e queda de um pacto social. *In: Dossiê “Dez anos de governos do PT”*, 2015. [Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/A-crise-do-lulismo-A-Soler.pdf>].

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.